



Anais da Assembléia

N.º 123

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUILIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini - Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 84.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Jensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colação (53). Achan-do-se ausente o Sr. Deputado Carlos Simões (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 051/93

Curitiba, 10 de setembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à União parte do lote de terreno designado pela letra "C", sem benfeitorias, situado no quadro urbano do Mu-

Curitiba, terça, em 14.09.93

nicipio de São José dos Pinhais, com 13,00m de frente para a Rua Joaquim Nabuco, por 20,00m de fundos, perfazendo 260,00 m², dentro de área maior com 4.350,00 m², havida pelo Estado do Paraná conforme matrícula nº 756, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição da Comarca.

O Plano de Lei ora encaminhado consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, tendo em vista que, na área a ser doada, a Donatária irá edificar prédio destinado à Junta de Conciliação e Julgamento de Justiça do Trabalho, obra essa de expressivo significado à classe trabalhadora da região.

No texto do anteprojeto em referência constam dispositivos expressos no sentido de que, na respectiva escritura, deverão constar cláusulas de finalidade certa de utilização, prazo determinado para construção da obra e de reversão automática ao patrimônio do Estado, caso haja descumprimento de tais condições.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, parte do lote de terreno designado pela letra "C", sem benfeitorias, situado no quadro urbano do Município de São José dos Pinhais, com 13,00m de frente para a Rua Joaquim Nabuco, por 20,00m de fundos, perfazendo 260,00 m², dentro de área maior com 4.350,00 m², havida pelo Estado do Paraná conforme matrícula nº 756, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição da Comarca de São José dos Pinhais.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior será utilizado pela Donatária exclusivamente para edificação de prédio destinado à Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, no Município de São José dos Pinhais, condição esta que deverá constar da respectiva escritura.

Parágrafo Único - Deverá a Donatária cumprir a condição referida neste artigo, no prazo máximo de 02 (dois) anos, contados da vigência da presente lei, sob pena de imediata reversão do imóvel ao patrimônio do Estado, sem qualquer interpelação ou notificação judicial.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 052/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que as empresas individuais ou coletivas de transporte de passageiros poderão operar em linhas fixas na Região Metropolitana de Curitiba, nas condições que especifica.

A medida legal em referência é indiscutivelmente oportuna e reveste-se de elevado interesse público, eis que virá ensinar significativo passo no sentido da desregulamentação do setor que mais diretamente presta serviços ao povo, o do transporte coletivo, que foi duramente atingido por decisão do Poder Judiciário, através da 4.^a Vara da Fazenda Pública que, aumentando liminarmente as tarifas de transporte coletivo da Região Metropolitana, causou um impacto de 3.000% ao ano, enquanto no mesmo período a inflação foi de 1.724,11% e o IGPM 1.800,67% e o reajuste médio das tarifas do transporte urbano de todas as capitais foi de 1.767,35%, inviabilizando a gestão pública e democrática do transporte coletivo metropolitano.

Ademais, vale ressaltar que é princípio da atividade econômica, estabelecido clara e precisamente no art. 170 da Constituição Federal, a livre concorrência, a defesa do consumidor e a função social da propriedade e a garantia a todos do livre exercício de qualquer atividade econômica, é mister a desregulamentação deste setor que tanto impacto causa na economia das famílias, especialmente daquelas de baixa renda.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - As empresas individuais ou coletivas de transporte de passageiros que desejarem operar em linhas fixas na Região Metropolitana de Curitiba poderão fazê-lo segundo as condições desta lei.

Art. 2° - As empresas poderão requerer permissão para o transporte de pessoas desde que apresentem veículos dentro das especificações técnicas e se submetam aos horários e frequência mínimos estabelecidos pela administração pública do Estado.

Art. 3° - As empresas poderão praticar as tarifas compatíveis com a linha operada desde que não exceda o preço máximo esti-

pulado pelos órgãos competentes da administração pública do Estado.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofício:

OFÍCIO N° 075/93

Senhor Presidente.

Venho através deste comunicar V. Exa. que não vai ser possível a minha presença na Sessão Plenária do dia de hoje, devido a compromisso assumido anteriormente.

Para tanto, solicito de V. Exa. as providências necessárias para que surtam os efeitos legais.

Certa de sua atenção, aproveito o ensejo para renovar protestos de consideração.

Sala das Sessões, em 14.09.93

(a) EMILIA BELINATI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o(s) Projeto(s) de Lei n°s 453/93, Mens. n° 042/93; 454/93, Mens. n° 043/93; 455/93, Mens. n° 046/93; 461/93, Mens. 047/93; 460/93, Mens. n° 048/93; 469/93, Mens. 049/93 e 470/93, Mens. n° 050/93; todos de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 14.09.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 367/93, de sua autoria, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Pastor Ivo Luiz de Souza.

Sala das Sessões, em 14.09.93

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO N° 3387

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo art. 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não

tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.09.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 575/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério, da Ordem do Dia de hoje por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 14.09.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por cinco sessões, do Projeto de Lei n° 214/93, de sua autoria, aprovado em primeira discussão em data de ontem, a fim de ser encaminhado, em diligência, para a Secretaria de Esportes e Turismo.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 3400

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Carlos Sera (Ito), ocorrido dia 03/09/93.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 49 anos faleceu, na Lapa, no dia 3 de setembro, o Senhor Antonio Carlos Sera (Ito).

O extinto que era pecuarista, comerciante e político, deixa viúva Dona Maria da Luz e 03 filhos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna na seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Antonio Carlos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daque-

Curitiba, terça, em 14.09.93

le que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Sera, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 3402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado voto de pesar, à família Zanlorenzi, pelo passamento do Senhor Ivo Zanlorenzi, filho do ex-Prefeito e ex-Deputado Carlos Gerônimo Zanlorenzi, ocorrido no último dia 04, do fluente mês, no Município de Campo Largo - PR.

O Senhor Ivo Zanlorenzi é natural do Município de Campo Largo, onde era empresário, tendo sido ex-Diretor da Concessionária Autocecília.

Trata-se de pessoa muito querida, que aos 48 anos de idade foi chamado pelo Criador. Deixa a esposa, Senhora Terezinha Zanlorenzi e os filhos Edenilson e Georgio.

Que Deus, na sua infinita bondade, dê forças e amparo aos seus familiares neste momento de dor ao qual nos associamos.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3403

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, sejam enviados votos de pesar à família Bucco, pelo passamento do Senhor Alfredo Bucco, ocorrido no último dia 04 de setembro, pai do companheiro e amigo Quirino Alfredo Bucco, Presidente da Câmara Municipal de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3404

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, sejam enviados votos de pesar à família Martins, pelo passamento do Senhor Durval Martins, ocorrido no último dia 05 de setembro, no Município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3390

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Roberto Requião, por estar entre os três melhores governadores do País, conforme pesquisa realizada pelo Data-Folha.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A última pesquisa realizada pelo Data-Folha, publicada no final de semana, pelos jornais do País, aponta o Governador do Estado Doutor Roberto Requião entre os três melhores governadores do País.

No entanto, se analisarmos, o Estado do Paraná, é um Estado que se governa sem as benesses do Governo Federal. Um Estado onde, o Governador sempre fez oposição ao Governo Federal, não recebendo, por conseguinte, verbas federais, podemos considerar que o Doutor Roberto Requião pode ser considerado como o líder dos melhores governadores brasileiros.

REQUERIMENTO N° 3391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulações ao Programa que busca a ressocialização do preso na cadeia de Ponta Grossa.

Através de um convênio com a Universidade de Ponta Grossa, a Secretaria de Justiça e Cidadania vem desenvolvendo desde 87, o Programa Pró-Egresso na região dos Campos Gerais.

Com a coordenação da professora Roseli Inês M. Pinto, o programa também oferece estágio para 22 alunos de diferentes áreas de conhecimento da Universidade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à Secretaria de Justiça e Cidadania, e a Coordenadora do programa Roseli Inês M. Pinto.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alberto Goldman, Ministro de Estado dos Transportes no sentido de determinar estudos, por ocasião da elaboração do Orçamento Geral da União para o exercício de 1994, para que seja incluída a retomada da construção do Contorno Leste de Curitiba.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a todos os Senhores Deputados e Senadores da bancada fede-

ral do Paraná, em Brasília, bem como ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná não se conforma com a paralisação das obras do Contorno Leste ligando a BR-116 na região do Pinheirinho em Curitiba até o Município de Quatro Barras.

Todos os segmentos da sociedade paranaense desejam a retomada das obras do Contorno Leste em caráter de urgência com providências conjuntas entre o Legislativo Estadual e a bancada federal, no sentido de rever a situação com prioridade, pois estamos assistindo o agravamento do problema com prejuízos incalculáveis com as obras paralisadas, além do trânsito baseado de alto volume de tráfego transportando a riqueza do país pela BR-116 cortando o centro de Curitiba.

Lideranças políticas e a sociedade representativa do Paraná estão apreensivas com tal situação, que na verdade tem gerado pânico em toda a região sul. O prejuízo com a paralisação dessas obras são incalculáveis, afetando a vida econômica e social, razão porque encarecemos a determinação de estudos urgentíssimos no sentido de que sejam alocados recursos para o próximo Orçamento Geral da União para o exercício de 1994.

Um fato importante que deve ser levado em consideração é que o Paraná tem dado a sua cota de sacrifício em benefício da União e em contrapartida suas reivindicações mais primárias, às vezes relegadas a um segundo plano. É preciso que se façam estas colocações para justificar claramente este pedido que não é nosso mas de toda a sociedade produtiva do Paraná e da Região Sul.

O progresso do Sul exige celeridade nas nossas deliberações para atender a caminhada rumo a um grandioso futuro, mas para tanto é urgente, é imperioso que se efetive a conclusão do Contorno Leste de Curitiba, para podermos manter diálogo franco, aberto e permanente com as autoridades federais donde emana todo o poder de execução de obras que estamos solicitando.

Temos certeza do acolhimento deste pedido para caminharmos juntos, irmanados com os mesmos propósitos para tentar conquistar um futuro promissor para o nosso Estado e o Sul como um todo.

REQUERIMENTO N° 3385

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no senti-

do de atender o pedido feito pelos moradores do Bairro Vista Alegre das Mercês, quanto a instalação de um aparelho telefônico público em frente à Merceria Ki-Sorte, localizada na Rua Estefano Jonkoski, nº 50, naquele bairro. Afirmam os moradores que o telefone público reivindicado beneficiará toda a população.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3386

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de atender o pedido feito pelas alunas do Curso de Magistério do Colégio Estadual Professor Lysimaco Ferreira da Costa, referente ao estágio obrigatório que o curso exige.

Afirmam as alunas que o estágio deve ser feito uma vez por semana no período da tarde, porém, muitas destas alunas já trabalham em outras escolas neste horário, tendo que faltar às aulas, e muitas vezes, isto vem causando a demissão das mesmas.

A solicitação que elas fazem é que, as alunas que já lecionam em outros colégios, possam apresentar como estágio as aulas lecionadas normalmente. Pedem consideração ao pedido, pois têm a certeza de que as aulas lecionadas em outros estabelecimentos de ensino têm a mesma validade que o estágio requer, e principalmente, evitará o problema das faltas ao trabalho.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3392

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, José Moacir Favetti, solicitando que sejam destinados recursos para 13.^a Subdivisão Policial de Ponta Grossa, para que a mesma tenha condições de administrar o presídio Santa Maria.

O Delegado da 13.^a, Jorge Cesar Ajuz, sugere que a própria Secretaria administre o presídio, pois os investigadores da 13.^a, servem de carcereiros, e saem pedindo alimentos no comércio, que sempre ajuda. A diária de CR\$ 25,00, enviada pela Secretaria é insuficiente para um pão com manteiga.

Com 150 presos, são 300 refeições diárias, visto que a lotação, do presídio é de 80 indivíduos.

A distância entre o presídio e a sede

Curitiba, terça, em 14.09.93

da subdivisão é um dos pontos prejuiciais. Ficam lá apenas um carcereiro e um guarda externo. Para ajudar o carcereiro é preciso a ajuda de um preso, o chamado "preso de confiança", pois é preciso alguém na cozinha que ajude na distribuição das marmitas.

Se tais recursos não forem possíveis, solicitamos que o presídio passe a ser administrado pela Secretaria de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 14.09.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Delegado José Moacir Favetti; Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o setor de segurança do Município de Juranda.

1. Designação de efetivo policial militar;
2. construção de prédio para a delegacia;
3. recursos financeiros para viabilização das atribuições (aquisição de combustíveis, alimentação de presos, etc).

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O setor de segurança pública de Juranda desenvolve suas atribuições sob restrição e com dificuldades. Contando apenas com um delegado e um escrivão "ad-hoc", seu contingente policial militar composto por apenas seis elementos, sendo um cabo e cinco soldados, tem se mostrado insuficiente para dar à população a segurança pretendida e merecida.

O prédio que sedia a delegacia local é precário e não apresenta condições de manutenção segura dos detentos. Possui uma única viatura em péssimo estado de conservação, carecendo continuamente de recursos financeiros para o abastecimento.

Diante do exposto, verifica-se a necessidade do atendimento imediato das presentes reivindicações, de vez que a atual estrutura local presta atendimentos também aos distritos que aquele município integram.

REQUERIMENTO N° 3409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, solicitando as medidas adiante especificadas para a rede escolar pública do Município de Janiópolis.

1. Construção de uma sala de aula na localidade de São Domingos; duas salas de aula para a Escola Nelson Hungria e uma sala de aula para o Escola Casinha Feliz;
2. três ônibus para transporte de escolar;
3. reformas gerais, e construção de duas salas de aula, para o Colégio Estadual João XXIII, localizada na sede do município;
4. construção de muro e revisão elétrica, na Escola Estadual Emílio Garrastazu Médici, da localidade de Arapuã.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A rede pública do ensino de Janiópolis apresenta em sua área física inúmeros problemas de conservação e expansão para que possa proporcionar melhores condições de atendimento à clientela de estudantes do município.

Com aproximadamente 3.000 estudantes matriculados, 50% dependem do transporte escolar para que possam frequentar a escola.

Diante do exposto, a comunidade em geral de Janiópolis espera a adoção de providências por parte do Senhor Secretário de Estado da Educação.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 485/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância" - APMI, com sede e foro no Município de Santo Antonio do Sudoeste/Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santo Antonio do Sudoeste/Pr, foi fundada em 1953. É uma associação civil que tem por finalidade a proteção à maternidade e à infância em geral, o que, por si, já a credencia para a obtenção do benefício.

Além disto, a entidade possui personalidade jurídica desde 1991, quando seu Estatuto foi registrado sob n° 3685 - Livro B-08 - no Cartório de Títulos e Documentos do município em questão, além de preencher todos dos demais requisitos determinantes da declaração de Utilidade Pública.

Face ao exposto, solicitamos dos

nobres Pares a aprovação do mesmo nesta Assembléia do Estado.

PROJETO DE LEI N° 486/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder às Escolas que integram a Rede de Ensino Público do Estado do Paraná, poderes para dispensar seus alunos, quando da realização de eventos educacionais e culturais promovidos pelo Estado em conjunto com os municípios nos quais se situam aquelas.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Os eventos educacionais e culturais promovidos pelo Estado, conjuntamente com seus municípios, constituem atividades de grande importância à vida escolar.

Estes acontecimentos contribuem para que haja um enriquecimento cultural e para com o próprio desenvolvimento do estudante. São um complemento valioso ao ensino, fazendo mesmo parte do próprio processo educacional.

Portanto, faz-se necessário e importante que os alunos possam participar de tais eventos e, para isso, é preciso que as escolas que constituem a Rede de Ensino Público do Estado do Paraná possam dispensá-los por ocasião destas realizações.

PROJETO DE LEI N° 487/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Dra. Martha Silva Gomes, com sede na cidade de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Tem por objetivo, o presente plano de Lei, em conceder o diploma de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Dra. Martha Silva Gomes, que tem sua sede e foro na Cidade de Bela Vista do Paraíso.

Referida Associação tem como principal objetivo prestar atendimento integral a criança e adolescente de baixa renda nos aspectos biopsico-social e cultural, nas

áreas de alimentação, educação, recreação, semi-profissionalização, vestuário e vivência comunitária.

A associação acima nominada foi fundada no dia 05 de março de 1950, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, sendo mantenedora da Creche Dra. Martha Silva Gomes e o Recanto do Menor Anita Canet.

O presente plano de Lei está consoante a Lei nº 6904/88, conforme os documentos inclusos.

PROJETO DE LEI Nº 488/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Legião Católica Santa Isabel, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Fundada no dia 21 de fevereiro de 1959, pelo Padre Rafael G. Smith, da Congregação do S. S. Redentor, a Legião Católica Santa Isabel tem a finalidade de prestar assistência material e moral à criança desamparada ou abandonada, a defesa de sua saúde, educação e bem-estar, bem como o aproveitamento de suas aptidões e qualidades inatas, tendo como entidade mantenedora a Congregação Missionária do Santíssimo Redentor.

No ano que passou a entidade prestou, dentro de suas finalidades estatutárias, assistência a 141 famílias de baixa renda, através da escola e da creche, tendo atendido a turmas de 1ª a 4ª séries com 178 alunos e uma classe de pré-escola abertas para a creche e para a comunidade fornecendo, inclusive, todo o material escolar e didático.

A Legião também atende menores em regime de semi-internato, fornecendo alimentação, lazer, higiene, escolaridade, medicamentos, e assistência integral indispensável ao desenvolvimento dos assistidos.

PROJETO DE LEI Nº 489/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Creche Maria Imaculada, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Fundada em dezembro de 1986, a Creche Maria Imaculada é uma entidade de caráter educacional, beneficente, que tem por finalidade amparar crianças, jovens e adultos, sem distinção de cor, raça ou credo religioso, quer seja diretamente na sede da creche ou em casa de amparo que mantém, tendo como sócias cooperadoras as religiosas da Congregação das "Irmãs Ursolinas de Maria Imaculada".

Atualmente a creche atende a 108 crianças, em berçário, maternal, Jardim I e Jardim II, oferecendo integral assistência em todos os setores indispensáveis ao desenvolvimento dos assistidos.

A Creche fornece também, diariamente, café da manhã às 8:00 horas, lanche às 9:00 horas, almoço às 11:30 horas, lanche às 14:00 e jantar às 16:00, necessitando para o desenvolvimento de suas atividades, permanentemente o apoio da comunidade e do Governo.

Atendendo ao disposto em Lei, acompanham documentos exigidos, inclusive relatório de atividades desenvolvidas nos últimos anos.

PROJETO DE LEI Nº 490/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Instituto Educacional "Duque de Caxias", com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Foi fundado em agosto de 1965, entre outras atividades, mantém atendimento a 430 menores em regime de semi-internato e 174 famílias, além de 40 meninas (adolescentes) com profissionalização.

Além de assistência médica-hospitalar-dentária, a entidade proporciona a seus assistidos 4 refeições diárias, agasalhos, educação religiosa e formação profissional.

Também desenvolve programas de instrução em escolas da comunidade, com acompanhamento e reforço escolar.

PROJETO DE LEI Nº 491/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o Centro Educacional Lar

Jesus Adolescente, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 14.09.93

(a) TOTI COLAÇO

Apoioamento: José Arthur Ritti.

JUSTIFICATIVA:

O Centro Educacional Lar Jesus Adolescente, adquiriu Personalidade Jurídica em 03.02.1992, conforme certidão às fls. 11 de Estatuto, tem por finalidade assistencial, educativa e pedagógica, cujos fins não visam lucros, mas unicamente o desenvolvimento integral do "MENOR", crianças e adolescentes assistidos.

Portanto, trata-se das mais nobres tarefas de promover o bem-estar do menor carente e ajudar as famílias na formação integral das crianças.

Por esse motivo é que pedimos aos nobres Pares sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 492/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Treinamento para Pecuáristas Castrolanda, com sede e foro na Cidade de Castro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.93

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa conceder ao Centro de Treinamento para Pecuáristas Castrolanda o Diploma de Utilidade Pública.

Referido Centro de Treinamento para Pecuáristas, foi fundado no dia 07 de julho de 1967, e é uma sociedade sem fins lucrativos com a finalidade de assessoramento aos pequenos produtores rurais consoante o incluso relatório de atividades.

Por fim, o presente plano de lei está consoante o prescrito na Lei nº 6.994/78, conforme os documentos em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Como funcionário público do Estado do Paraná, não posso deixar de registrar, aqui, mais uma vez, a preocupação que temos em relação às últimas mensagens vindas do Governo do Estado, com o objetivo de

acabar, de extinguir o Fundo de Previdência do funcionalismo público e dizendo que o tesouro do Estado arcará com todos os benefícios estabelecidos na referida lei.

Queremos destacar o que já havíamos deixado registrado, também, na Comissão de Constituição e Justiça, quando o Governo do Estado, antes de apresentar esta Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ele dizia aos quatro cantos do Estado, que se via na obrigação de acabar com o Fundo de Previdência dos servidores públicos, visto que o Fundo partia para a distorção dos seus objetivos, pedindo jetons, a contratação de auditores, pedindo funcionários para aquele instituto. E nesta mensagem, o Governo do Estado diz, textualmente: "Imaginava, com isso, criar um instrumento capaz de desequilibrar as finanças do Estado e garantir o futuro dos servidores públicos, todos os servidores, mesmo aqueles não abrangidos pela estabilidade, mas que durante toda a vida prestassem serviços ao Estado".

Mais adiante, continua S. Exa. o Governador do Estado: "O Fundo criado não cria gastos para a administração ou qualquer despesa com conselho, jetons, auditores". Aqui, queremos deixar bem frisado a esta Casa o que diz o próprio Governador do Estado: "O artigo 45 ressalva que a receita, as rendas e o resultado das aplicações os recursos disponíveis do Fundo, serão empregados exclusivamente na concepção das finalidades previstas nesta lei, na manutenção e aumento do valor real do seu patrimônio, e na obtenção de recursos destinados às atividades afins".

Encaminha o Governo do Estado, Mensagem aonde pedia a extinção do Fundo de Previdência, encaminha o Sr. Governador do Estado Mensagem pedindo a esta Assembléia autorização para utilizar o dinheiro do Fundo, que hoje sabemos, ultrapassa, pelas informações obtidas, a casa dos 20 bilhões de dólares. Pede o Governo do Estado autorização a esta Casa para aplicar o dinheiro do funcionário público em obras públicas, e alega também numa dessas Mensagens que esses montantes serão trocados por papéis do Estado ou do Governo da União.

O Governo do Estado se esquece que com este pedido, que com certeza por ter a maioria nesta Casa deve ser aprovado, e se esquece o Governo do Estado, esquece-se o atual Governo do PMDB, que já se transformou no maior caloteiro da vida do funcionário público do Paraná, quando não pagou e foi reconhecida naquela oportunidade pelo ex-Governador uma dívida de mais de 400 milhões de dólares, hoje mais de 20 milhões de dólares também vão ser caloteados pelo Governo do Estado se esta Assembléia não abrir os olhos a respeito do

pedido de extinção do fundo de previdência.

Diz mais adiante o Governo do Estado: "Houve reais críticas, houve mais críticas do que o apoio, e é fácil vislumbrar que o cooperativismo, o empreguismo, como males que corroem o Estado, rapidamente irão assentar no fundo. Já há reivindicações de jetons para os membros dos conselhos e futuramente, logo mais, virá sede, infra-estrutura, acabando por ser criado o novo órgão de gestão que haverá de consumir recursos do próprio fundo". Mais adiante: "Por outro lado o Estado é mal administrador de fundos porque fica injetado em questões formais". Lá adiante diz: "Toda a população sentiu a dificuldade de implantar uma isonomia salarial e sabe o quanto ainda falta para pôr em prática os parâmetros que a Constituição de 88 somente esboçou". O serviço público deve ter rigidez na contratação, queremos que a Assembléia do Paraná, queremos que a imprensa do Paraná, queremos que os companheiros Deputados do Paraná prestem bastante atenção a este trecho da justificativa do Governador do Paraná.

(Lê):

"O serviço público deve ter rigidez na contratação, somente por concursos claros e abertos, diminuir o número de cargos em comissão e as vantagens especiais, de tal forma que o salário seja conhecido como ele é não como base de cálculo para inúmeras, acumuladas e não raras vezes disparatadas vantagens.

Desta forma, é necessária alterar substancialmente o estatuto do funcionalismo, tornando os salários em realidades e não meras ficções que apenas servem para calcular remuneração e vantagens."

No papel essa história contatada pelo Governador do Paraná ela é interessante, mas se esquece que está indo para o terceiro ano de sua gestão, e estão aí os funcionários públicos com salário de miséria, com salário de fome, estão os funcionários de todos os poderes, e esta Casa recentemente não teve a coragem de aprovar ou rejeitar a Mensagem do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e do Ministério Público. Não teve ainda esta coragem, não teve ainda esta Casa coragem de unanimemente cobrar a miséria dos salários vividos pelos funcionários desta Casa, principalmente os funcionários celetistas e não somente os cargos comissionados, onde a cada instante com a alta de passagens nós estamos sentindo os funcionários da Assembléia Legislativa, Poder que está próximo aos homens eleitos pelo povo, não terem condições de comprar nem o vale transporte para se dirigirem ao trabalho. E para mostrar a farsa, desta justificativa do Governador do Estado quando fez a

Curitiba, terça, em 14.09.93

inscrição do Fundo, dizendo que o serviço público tem que ter rigidez na contratação, somente por concursos claros e abertos e diminuir o número de pessoal. Tivemos há poucos minutos - e o Paraná precisa saber disto - tivemos há poucos minutos rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça um Parecer honesto, claro e transparente, do nobre Deputado Colombino Grassano, condenando a Mensagem do Governo do Estado que pede a contratação de mais de 150 cargos comissionados para a Polícia Civil, para indicar delegados calça curta, quando sabemos que temos advogados formados, é só abrir o concurso e preencher esses cargos com pessoas competentes e não abrir cargos para favorecimento e para apadrinhamento de Deputados.

É a contradição quando se tenta passar a responsabilidade pela ineficiência do Fundo aos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Recebemos também Mensagem do Conselho Curador do Fundo de Previdência e para o conhecimento do Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para o conhecimento do Paraná o Instituto de Previdência do Estado antes da criação do Fundo de Previdência tinha com a atual estrutura que hoje atende mais de 600 mil, tinha a mesma estrutura que atendia a 100 mil e hoje tem mais de 600 mil com a criação do Fundo tem a mesma estrutura, mantém a mesma estrutura só atendendo pessimamente Curitiba e Londrina. Tem esta verdade que o Paraná precisa conhecer porque nós estamos prestes a mais um calote na vida do funcionário público do Estado do Paraná. Temos a manifestação do Presidente do Conselho Curador do Fundo de Previdência do Estado do Paraná que diz:

(Lê):

"CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ
Ofício nº 026/93

Curitiba, 09 de setembro de 1993.
Senhor Presidente.

Apraz-nos vir à presença de V. Exa., com o costumeiro respeito, para encaminhar-lhe a Resolução sob nº 01/93, do Conselho Curador do Fundo de Previdência do Estado do Paraná, aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária realizada em data de 02/09/93, na sede do IPE.

Outrossim, expressamos a nossa convicção no acatamento e implementação das deliberações contidas na supracitada Resolução por parte de Vossa Excelência".

E queremos deixar claro aqui e registrado nesta Casa a preocupação do Conselho Curador que é composto por servidores indicados inclusive em sua maioria pelo Governo do Estado.

Diz a Resolução nº 01/93:

(Lê):

"RESOLUÇÃO N° 01/93

O Conselho Curador do Fundo de Previdência do Estado do Paraná, com fulcro no art. 56, inciso II, da Lei n° 10.219/92, bem assim, no artigo 9°, inciso VII, do Regimento Interno aprovado em reunião de 01.07.93, e tendo em vista o envio de Mensagem Governamental sob n° 042/93, de 25.08.93, que dispõe sobre a extinção do Fundo de Previdência Estadual e, finalmente, considerando o que restou por unanimidade deliberado em sua reunião ordinária, realizada em 02.09.93;

R E S O L V E:

1 - Manifestar-se contrário a pretensão do Poder Executivo em extinguir o Fundo de Previdência Estadual, conforme consta da Mensagem Governamental supracitada.

2 - Refutar as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo à Mensagem Governamental, por serem inverídicas e injuriosas, às deliberações e encaminhamentos do Conselho Curador.

3 - Reiterar a necessidade do cumprimento da Lei Previdenciária Estadual e decisões do Colegiado Curador, pelas autoridades constituídas, em especial por parte do Chefe do Poder Executivo e da Instância Executiva do Fundo de Previdência Estadual.

4 - Solicitar aos Srs. Deputados Estaduais a não aprovação da pretendida extinção do Fundo de Previdência, assegurando-se um amplo processo de discussão entre os Poderes Constituídos, o Conselho Curador e as Representações Sindicais/Associativas dos Servidores Públicos Estaduais.

Comunique-se e divulgue-se.

Curitiba, 02.09.93

(a) HEITOR RUBENS RAYMUNDO

Presidente do Conselho Curador do FUNPREES"

Temos que registrar, também, para conhecimento do Paraná, o que nós consideramos muito grave nesta Mensagem do Governo do Estado. O Governo do Estado através da Mensagem que recebeu, aqui, o n° 456/93 diz: "O montante existente hoje no fundo será revertido ao Tesouro do Estado". E no artigo 3° diz: "Fica mantido os descontos nas remunerações dos servidores públicos, estabelecidos na Lei n° 10219 de 21 de dezembro de 1992". Mas não diz o Governo do Estado sobre a sua contribuição, como será feita, onde ficará a contribuição dos 10% referente a arrecadação dos salários dos servidores para esse fundo de previdência, também quando pede a transferência para obras públicas não diz o Governo do Estado quais serão as obras públicas beneficiadas com esse dinheiro do servidor público. Tudo isso deve ser registrado nesta Casa para que amanhã não aleguem que todos nós

votamos de cabresto e fomos mais um cúmplice com a desgraça do servidor público.

Eu gostaria, inclusive, de registrar algumas manifestações tida aqui, não pelos Deputados da Oposição, mas pelos Deputados da situação, registrados em 25/11/92, Deputado desta Casa dizia: "Não é possível compreender a situação dos servidores públicos do Estado do Paraná em distinção da situação mais geral dos trabalhadores brasileiros vitimados pelo arrocho, pela falta de escassez, de acesso aos meios e mecanismos de decisão do Estado, que aí está, não fomos nós que construímos".

O Estado que aí está é o resultado da evolução histórica e social dos povos e a ausência de democracia. O autoritarismo do aparelho do Estado que vinha sendo quebrado aqui e ali, mas que na essência mantém-se autoritário e afastado, não só dos servidores públicos, mas o que é mais grave, afastado das funções que ele deve se subordinar, e aí o Estado é compreendido como um conjunto dos aparelhos onde não se exclui a igreja, a imprensa, de onde não se exclui, claro, o organismo estadual que é o Governo do Paraná.

Quero aqui, deter-me a uma proposta inicial, é a proposta do Governo do Estado que cerca de um ano e meio após ter sido elegido em Lei constitucional é uma proposta. Esta proposta sofreu diversas apreciações nas Comissões técnicas da Casa, houve indicações oriundas de diversos Deputados que resultou no substitutivo original, que aperfeiçoou o Projeto original que elimina e faz a ingerização de aspectos que inclusive eivavam o Projeto original pela inconstitucionalidade.

Houve, portanto, passos à frente. Quero deter-me aqui, exclusivamente, porque esta é a Casa que deve debater, Senhor Presidente, abertamente, com os servidores públicos e contestados pela sua condição que é uma condição livre porque o Estado não é Estado-patrão e os recursos que são mobilizados pelo Estado não são recursos dos servidores públicos, mas também de todos os servidores.

Portanto, esta situação de que o Estado que não é patrão e também não é servidor impede que o Estado possa processar no alcance necessário o debate que esta Casa pode, vai e deve fazê-lo. Isto está muito bem registrado porque o que nós estamos, neste momento, nesta Tribuna pedindo é que o servidor público não sofra mais uma vez o assalto a exemplo do que tem acontecido no Governo da União.

Mais adiante, diz esse nobre Deputado:

"Portanto, não há divergência. O que se tem é que a lei não pode, do mesmo modo como a Bancada Oposicionista reclama da ausência de cálculos atuariais, e me dizia

o Diretor-Geral da SEAD que teria enviado à Assembléia Legislativa que não importa. Como está também é uma proposta que, evidentemente, tem que ser submetida e tem que ser apreciada por esta Casa".

Os cálculos atuariais, não só os feitos pela SEAD, como também os feitos por outras entidades e personalidades contratadas para promoverem esses cálculos atuariais, do mesmo modo, quando se reclama da ausência desses cálculos, não pode incorporar. E aí se é possível aceitar que o Estado encaminhe uma proposta que não esteja fundada na mais alta análise dos cálculos atuariais. Isto é possível, Senhor Presidente, pelo princípio da responsabilidade.

O Poder Executivo tem uma responsabilidade ou não? Diga o não à lei e vai dizer uma responsabilidade direta, podendo, inclusive, o Chefe do Poder Executivo, o Chefe do Poder Legislativo, o Chefe do Poder Judiciário serem responsabilizados criminal e civilmente pela má-gerência ou pelo sucateamento do fundo, mas o princípio é que rege. Muito bem, vamos à frente:

"Compete ao Conselho Curador deliberar sobre as seguintes matérias: - sobre aplicação de recursos... Nada mais correto".

E assim prossegue mais adiante:

"A emenda proposta pelo poder sindical propõe que as pensões previstas e os regimes sejam custeados pelo Fundo de Previdência do Estado.

Não é necessária porque o fundo vai estar sendo capitalizado mensalmente com valores de hoje".

E aí continua a pregação desse Deputado que não é da Oposição.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Vossa Excelência me concede um aparte?

Eu gostaria que Vossa Excelência, ao menos, registrasse que as declarações, ora trazidas à Tribuna, são declarações deste Deputado.

O SR. PAULO MAIA - As declarações são de Vossa Excelência, como quero registrar e não deixaria de registrar.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - E as mantém integralmente.

O SR. PAULO MAIA - E eu tenho certeza disso pelas posturas que Vossa Excelência tem demonstrado na Casa.

Dizia outro Deputado que, ao final, nós queremos registrar o seu nome também nesta Casa.

"É uma satisfação recebermos a notícia de Vossa Excelência bem como também do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Erondy Silvério, acerca de aprovação no dia de hoje na sessão de

Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Lei que trata da implantação no Paraná do Fundo de Previdência Estadual. É um projeto que está tramitando nesta Casa desde o final do ano passado, onde, mais uma vez, A Assembléia Legislativa, através da Mesa Executiva e dos Senhores Parlamentares, em especial neste caso, da Comissão de Constituição e Justiça, e que demonstra que o Poder Legislativo do Paraná é um Poder aberto ao diálogo e que busca constantemente entendimento naquelas matérias que se faz necessário o entendimento.

Todos sabemos que quando esse projeto aqui chegou se apresentou como sendo um projeto bastante polêmico e de fato, ele é um projeto polêmico porque propõe revolucionar a questão da Previdência dos servidores públicos estaduais.

Analisando com profundidade e por isso que a Assembléia Legislativa em diversas oportunidades abriu as suas portas seja na CCJ, seja na Liderança do Governo, seja através de Fóruns de Debates, que se não me falha a memória foram organizados pelo Deputado Dobrandino da Silva e pelo Deputado Alceu Swarowski, enfim, a Assembléia em nenhum momento se recusou a discutir com a amplitude que merecia esse projeto de lei.

Em diversas oportunidades estivemos reunidos com os Servidores Estaduais, com a Diretoria do Instituto de Previdência Estadual, enfim, deu-se a esse Projeto, talvez a maior amplitude de discussão que já teve um projeto aqui na Assembléia Legislativa. Porque muitos projetos, é evidente, demoram muito mais tempo, esse não, desde que aqui chegou, em nenhum momento a gente pôde dizer que ele ficou engavetado, sempre foi objeto de análise, de discussão, por isso é que eu entendo talvez ser esse o projeto nesses anos, e aqui está frisado, nesses quase dez anos que estamos na condição de Deputado Estadual na Assembléia Legislativa que mereceu a maior atenção e o maior volume de discussões acerca dele.

Passado na C.C.J., vai agora o projeto à Comissão de Finanças, esperamos que realmente, ele possa ser apreciado com rapidez para que a gente possa ainda, durante este mês trazer este projeto a plenário, votá-lo, porque sem sombra de dúvida, para o Estado do Paraná, em termos de finanças para o Tesouro do Estado ele é importante e tenho certeza.

Eu cumprimento Vossa Excelência pelo empenho que teve, pelo tempo que se debruçou sobre este projeto, igualmente ao Deputado Tavares, hoje nosso Secretário de Justiça, ao Deputado Troian, a todos os Deputados da C.C.J. que estiveram diretamente envolvidos na discussão desse projeto nas reuniões, na elaboração e aprovação

do projeto substitutivo no dia de hoje.

Meus parabéns, esta afirmativa era o discurso do hoje Presidente da Assembléia Legislativa, nosso companheiro Deputado, Orlando Pessuti, que nós queremos ver com esta mesma garra desses que estamos aqui citando, defender a discussão porque este projeto já está tramitando e na próxima quinta-feira está sendo feita a sua apreciação com decisão final da C.C.J., contrariando todos os discursos da própria situação que dizia da necessidade do tempo de discussão para sua criação e que agora vem com desejo único do Governo do Estado tentar empurrar goela abaixo dos funcionários este autoritarismo aí criado, através de mensagem do próprio governador do Estado.

Mais adiante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós tivemos e registramos nesta Casa, registramos naquela oportunidade na C.C.J. aquilo que aqui fomos contestados, quando dizíamos lá, já há tramitação da matéria nesta Casa, foi aparentemente sem percalços, dando tempo à elaboração de um juízo de valor por parte de todos os parlamentares, entretanto há de se assinalar que deixaram de ser cumpridas, mas queremos deixar aqui registrado na Casa, porque no dia 25.11.92 nós já deixamos registrada esta preocupação. E quiçá possamos ver desmentidos, porque esta afirmativa está aqui registrada, e naquela oportunidade aqueles que nos apartavam diziam que isto não tinha importância. Está aí a falência do Fundo de Previdência, proposto pelo próprio Governo do Paraná. Nós alertávamos, naquela oportunidade, através do parecer do próprio jurista Dr. Romeu Felipe Bacellar Filho, nós dizíamos da preocupação em relação à criação do Fundo, da forma como estava sendo feita.

Registramos, na oportunidade, aqui nesta Casa, entretanto, há de se assinalar que deixaram de ser cumpridas diligências pedidas por este Deputado, da Comissão de Constituição e Justiça, referente à demonstração dos cálculos atuariais. A resposta do Governo a esta solicitação, absolutamente não atendeu aos interesses deste Líder que as formulou, pois os anexos...

Senhor Presidente, uso o Horário da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Pois não, Vossa Excelência tem mais 7 minutos.

O SR. PAULO MAIA - Pois os anexos dos cálculos atuariais, que são o ponto basilar da matéria não estavam presentes, embora solicitados.

Naquela oportunidade, nós exigíamos que a Comissão de Constituição e Justiça

cobrasse do Governo os cálculos atuariais, para que se implantasse o Fundo de Previdência, para que não incorrêssemos no futuro no INSS. E hoje, está aí registrada a desgraça mais uma vez, nas costas do funcionário público.

Mais adiante, dizíamos que para os cálculos atuariais são de aproximadamente de 3 anos atrás, era o que nos apresentava, naquela oportunidade, podendo estar defasados. Portanto, na própria empresa do Estado do Mato Grosso do Sul, encarregada de elaborá-lo, atestou que os dados disponíveis eram pouco consistentes para uma avaliação segura acerca das alíquotas a serem aplicadas.

Mais adiante, registrávamos: o Projeto atende, também, interesse do Estado em promover subrepticiamente a instalação do regime jurídico único, através do artigo 69, levando o vínculo a uma situação de revés, indeterminada, insegura e desprotegida.

Hoje, temos a manifestação de outros Senhores Deputados que não fazem parte da nossa Oposição, e que têm alguns dados que devemos registrar. O Deputado Oswaldo Trevisan registrava a seguinte preocupação: "...de início devo dizer que está previsto na Constituição Federal que a lei não prejudicará o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito. Então, eu quero tranquilizar os servidores públicos que tendo os direitos adquiridos, eles já estão previstos na Constituição Federal e qualquer eventual descuido que haja na elaboração desta lei, ele será corrigido com amparo na Constituição Federal".

Por que queremos registrar isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados? Não queremos aqui agir como futurologistas, mas existe um lobby muito forte do Governo Itamar-Collor que está aí, Governo Itamar-Collor-PDB e outros que estão aí no poder, hoje, tentando acabar com a estabilidade do servidor público, artigo 19 das Disposições Constitucionais Transitórias não será a pressa do Governo do Estado em acabar com o fundo de previdência também dar uma rasteira na estabilidade do funcionário público quando através da sua própria iniciativa ele transformou esses funcionários em funcionários estatutários, fez a rescisão dos seus contratos de trabalho e liberou as suas guias de fundo de garantia, que hoje a Caixa Econômica Federal não está pagando os seus dinheiros, não é uma ameaça que se pretende instituir contra o servidor público em todo o Estado?

Quando vemos denunciados os atos de corrupção, e vemos nesses atos de corrupção que poucos são os funcionários públicos que se beneficiam dessa palhaçada, e quando se beneficiam o Governo agilmente os coloca na rua. Não seria esta a tenta-

tiva de deixar os funcionários num quadro totalmente instável, sendo que estes funcionários já assinaram a sua rescisão, já desistiram da sua estabilidade, e hoje vivem e viverão um caos total. Na época que o Projeto foi apresentado à Casa se falava no caos do fundo, se não fosse criado nós teríamos o caos e o fim do Tesouro do Estado no pagamento do salário dos funcionários. E o Deputado Oswaldo dizia mais adiante: "Não é este Projeto autoritário". Este que está vindo é totalmente autoritário. Mas ele mereceu inicialmente por parte do Sr. Governador uma reunião com os Srs. Deputados em que o Governador consultava se devia ou não encaminhar este Projeto para esta Casa de Leis.

Se o Governador consultou, com certeza não consultou a Bancada do PDT, e tenho certeza que não consultou a maioria das oposições desta Casa.

A delongar mais a discussão deste Projeto, teremos dois caminhos, vamos eternizar essa discussão e vamos continuar deixando a margem dos benefícios do atual estatuto do servidor público do Paraná, quase cinquenta mil trabalhadores celetistas que, ao não ser aprovada esta lei, continuaram batendo as portas do INSS, enfrentando as intermináveis filas de bancos para receber a minguada aposentadoria. Como é que fica agora, qual será a posição também do Nobre companheiro Oswaldo? Está aqui registrado nos Anais da Casa.

Mais adiante diz o nobre companheiro Oswaldo: "Porque daqui mais três, quatro, ou cinco anos o Tesouro não terá condições mais de arcar com as aposentadorias porque a folha dos inativos já terá superado a folha dos ativos. Se as coisas continuassem como estão grande parte do orçamento do Estado dentro de poucos anos seria destinado para o pagamento das aposentadorias".

O Governo do Estado que fez esse tipo de defesa aqui no Plenário retorna ao Tesouro do Estado esse montante de servidores, não diz como ficará o atendimento à saúde dos servidores, que precariamente é atendido em Curitiba e Londrina, nos demais Municípios do Paraná não existe saúde; e com esse salário de miséria, com este salário de fome, que o funcionário público nos vinte dias antes de se chegar ao final do mês não sabe a situação em que se encontra, e vive a questionar: "Deputado, o nosso aumento vai ser de 20, 25%, ou 30%?"

Quando se tem uma inflação de 30, 35% medida pelos órgãos IBGE e outros mais que atendem aos interesses do Governo. Mas a inflação medida pelos supermercados nos bolsos dos servidores, e também nos vales-transportes mostram outra realidade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputa-

dos, esta Casa precisa ter a tranquilidade possível, esta Casa precisa trabalhar com serenidade porque o servidor público não pode mais uma vez ser vítima de um golpe e do desejo único do Governador Roberto Requião e como funcionário público deixo registrada aqui esta preocupação porque nós esperávamos também a implantação da política de isonomia que não aconteceu. Não aconteceu no Poder Executivo e não acontece também no Poder Legislativo e nós estamos vendo os funcionários a cada instante viverem o caos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - Nobre Deputado, terá um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, o PTB concede o horário ao nobre Deputado Paulo Maia.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Solicito um - aparte ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço o horário do PTB que o nobre Deputado Mário Bezerra me concede.

Concedo aparte ao nobre companheiro Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Nós estamos acompanhando de perto com o seu raciocínio, Deputado Paulo Maia, o que ocorreu nesta Casa há meses passados. Recordamos porque aqui não estávamos e acompanhamos também através das notícias a matéria pela qual a sua pessoa traz a esta Casa a responsabilidade que realmente cada um de nós terá.

De antemão nós nos propomos com aqueles que instituíram e fizeram com que a maioria desta Casa aprovasse naquela ocasião esse benefício estendido a todos os servidores públicos do Paraná, fossem eles quais fossem, da Polícia Militar, da Polícia Civil, os professores, o funcionalismo de um modo geral que tinham a esperança de ter nesta matéria aquilo que não encontramos realmente durante todos os anos que contribuíram com as suas parcelas para que tivessem a atenção devida e principalmente a saúde atendida por parte de seus familiares.

Vemos com tristeza hoje que esta agilidade que está sendo feita na tramitação desta matéria não foi a mesma feita naquele processo ainda a ser implantado.

E agora, Deputado Paulo Maia, sua pessoa traz a este Plenário que realmente esta condição pela qual a Bancada da maioria terá responsabilidade futura se realmente acontecer aquilo que nós não desejamos que é o funcionalismo público continuar mendigando assistência e não ter o seu direito

reconhecido daquilo que ele pagou durante toda a sua vida como servidor público deste Estado.

Não é tão somente este Poder, mas todos os Poderes deste Estado deveriam olhar com atenção para que esta matéria fosse de real importância como ela merece. Não será tão somente o voto de aprovação ou desaprovação, mas o voto da responsabilidade, da atenção que é devida a este assunto.

Por isso, neste instante, Deputado Paulo Maia, como integrante da Bancada do PDT, queríamos nos associar ao seu pronunciamento, dar o nosso respaldo, a nossa voz, o nosso voto e pedir aos demais companheiros de outros Partidos para que acompanhassem realmente a família do servidor público estadual e dessem a ele o que já lhes foi tirado há muito tempo que é a dignidade de ser servidor público deste Estado.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço o aparte e

Vossa Excelência fecha muito bem. O servidor público já está há longo tempo, do fim do Governo Richa para cá, procura esta dignidade que já lhe foi tão massacrada e tão roubada. Diz o informativo do movimento unificado dos servidores públicos estaduais, publicado no mês de setembro: (Lê): "Você sabe por que Requião quer gerenciar sozinho os recursos do Fundo de Previdência?

Porque o Fundo representa um prato suculento, um grande bolo que possibilitou, de março a agosto, a arrecadação de CR\$ 2,1 bilhões, aproximadamente."

E tece outros comentários a respeito do Fundo de Previdência.

Faz posteriormente também, o regime do dossiê sobre o fundo de previdência do Estado do Paraná, o descumprimento por parte das estâncias executivas, a responsabilidade do Estado do Paraná tendo em vista a sua total desconsideração para com o tema. Nós temos certeza que o Sindicato encaminhará para cada Gabinete dos Srs. Deputados esse dossiê e esta manifestação.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados: "O Governador é capaz de atitudes e comportamentos não condizentes do cargo de chefia, pois tem o dom de desagradar a todos os setores, desde funcionários até os seus próprios ludibriados eleitores, ademais, ressalta-se de forma clara e evidente a falta de um Projeto sério do Governo, ressalta-se, fazendo a nossa correção, não tendo esse planejamento uma linha de conduta a ser seguida, um trabalho pré-estabelecido, cai em lugar comum, em demagogia barata, trazendo ônus pesados para o Estado do Paraná, pois ao invés de Governar, o Sr. Requião preenche seu cargo com intrigas, brigas mesquinhas e inúteis características de sua personalidade, de

pessoa desequilibrada, de prepotente ditador pernicioso ao desenvolvimento do Estado do Paraná".

Nós temos certeza que está na hora do Paraná ser Governado com unidade, pensando no seu desenvolvimento, e esperamos que a nossa manifestação seja motivo de reflexão para os 54 Deputados que compõem esta Casa, que estará nas suas mãos, que estará nas nossas mãos o destino desses servidores públicos que não são os responsáveis pelas coisas ruins que existem no Brasil e muito menos no Estado do Paraná.

Fica o nosso registro, a nossa preocupação, a nossa recomendação à Liderança do Governo que leve ao Governador Roberto Requião a nossa preocupação e a necessidade de uma discussão maior da extinção do fundo através das entidades organizadas, através dos sindicatos, das associações e daqueles que estão, de fato, preocupados com a vida do servidor público do Estado do Paraná, e que mais uma vez os servidores públicos não paguem imposto que não devem, e que esta Casa não tenha a maioria votando de cabresto, porque o Governador quer que assim seja votado nesta Casa.

Encerro, deixando aqui a nossa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças, com a palavra o PL.

(Declina).

PT.

Com a palavra Dr. Rosinha.

DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada a imprensa Estadual e Nacional noticiou que a Procuradora Geral da República, Dra. Cristina Romanó, solicitou ao Presidente da República o afastamento do Diretor da TELEPAR, Sr. Paulo Cordeiro. A Procuradora, Dra. Cristina fez isso baseada em documentação que foi entregue naquela Procuradoria pelo Sindicato dos Trabalhadores na TELEPAR, o SINTELE. Numa ocasião anterior quando aqui apresentei aquela documentação, foi dito que era uma briga pessoal de um Sindicato que não representava sua categoria, isso foi dito por um dos Deputados que fez o aparte.

Fiz questão de frizar que aquela direção foi reeleita pela terceira vez com 80% dos votos e que, realmente, representava aquela categoria e representa.

E que a documentação colocada junto à Procuradoria para ser analisada é de fonte fidedigna e que nela constam vários documentos de ações judiciais que foram impetradas contra a TELEPAR por empresas que participaram de licitação pública que acusam a TELEPAR de fazer falcaturas e de

agir com irregularidade nessas licitações.

São documentos baseados em fita gravada na qual é registrada uma conversa entre um "lobista" da TELEPAR, Sr. Geraldo Braga, e um funcionário que foi demitido recentemente por ter acusado as irregularidades na TELEPAR, o Sr. Armando Ogatto. Esta documentação, minuciosa da Procuradora, por mais de um mês, levou-a a concluir que, para apurar se há ou não falcaturas nas licitações, o Dr. Paulo Cordeiro deve ser afastado daquela presidência.

Esperamos que o Presidente da República acate esse pedido e o faça imediatamente porque, senão, continuarão aquelas irregularidades.

Estou usando o Horário da Liderança do PT para dizer: nós votaremos favoráveis ao requerimento que tem na Mesa, mas queremos registrar que o Sr. Paulo Cordeiro traga também a documentação na qual esta Assembléia Legislativa aprovou pedindo que toda a expansão feita pelo sistema TELEPAR, que disse ele que foi feito através de processo licitatório. Que traga ele toda essa documentação e traga junto todos os contratos firmados por empresa. Porque foi feita esta solicitação por esta Assembléia e até hoje o Presidente da TELEPAR não enviou esta documentação o que faz somente levantar suspeitas de que há irregularidades, pois não remete esses documentos para que sejam analisados. E são esses documentos também que a Procuradoria Geral da República necessita e elas sabem que se o Presidente da TELEPAR permanecer e não for afastado, conforme solicitado, esta documentação jamais chegará inteira àquela Procuradoria se depender da vontade do Sr. Paulo Cordeiro.

Também naquela documentação entregue pelo SINTEL junto à Procuradoria Geral da República há cópias xerográficas de uma empresa de um fax remetido de uma empresa para um outro setor. Recebi cópia desse fax, procurei a empresa a qual o emitiu e, a partir daí, cheguei em vários senhores empresários que são citados. Mais de um dos empresários disse que há irregularidades na TELEPAR e que não poderiam contribuir para apurar essas irregularidades porque tinham medo dos próximos processos licitatórios, que se falassem sobre tudo o que acontece na TELEPAR provavelmente seriam perseguidos por aquela direção e não teriam mais como participar e ganhar legal e moralmente qualquer licitação feita pela TELEPAR.

E nós sabemos que quando algum trabalhador ou técnico da TELEPAR denuncia irregularidades dentro da empresa ao contrário do que se espera de um presidente honesto, ele demite esses técnicos como fez com o Senhor Hugo Bernardo e como fez com o Senhor Armando Ogatta. Ambos denunciaram

processos licitatórios irregulares e para ambos sobraram demissão.

É assim que age Paulo Cordeiro, é assim que ele tem a sua postura autoritária. Se ele realmente fosse honesto, faria com que esses que o acusam de irregularidades no processo licitatório permanecessem na empresa e lá provassem o que dizem. Ao contrário, ele não espera fazer isso, ele demite e esconde a documentação conforme argumentam esses trabalhadores e argumentou a direção do Sindicato dos Trabalhadores da TELEPAR junto a Procuradoria Geral da República.

Esperamos que a Dra. Cristina Romanó consiga fazer com que o Presidente da República afaste o Sr. Paulo Cordeiro e aí sim com isenção possamos apurar todas as falcaturas que dizem que existem dentro da TELEPAR, e só há maneira de apurar: sem Paulo Cordeiro na sua direção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças, com a palavra o PMDB, Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Quem precisa de Governo é o povo."

Palavras de Roberto Requião, quando candidato a Deputado Estadual.

Como Deputado Estadual trilhou por esse caminho. Associações de Bairros foram organizadas sempre com apoio irrestrito de Roberto Requião.

"Quem precisa de Governo é o pobre."

Palavra de Roberto Requião quando candidato a Prefeito de Curitiba.

Como Prefeito de Curitiba, Srs. Deputados, Requião trilhou pelo caminho dos avanços sociais, jamais vistos numa capital brasileira.

Roberto Requião foi responsável pelo andamento e o caminho avançado dos bairros da periferia mais pobre de Curitiba, quando através de uma fábrica de tubos oferecia gratuitamente a tubulação as ruas da periferia de Curitiba, nesse caminho ele foi o responsável número um pelo bom transporte que hoje a Capital do Estado tem, acabando com o monopólio do transporte municipal, delegando à Prefeitura a condição de comprar equipamentos, ônibus rodoviários e os colocando no patrimônio da frota pública municipal de Curitiba.

Simplesmente aceitou que as empresas fizessem o gerenciamento, mas a tarifa, o preço, era colocado sempre de levantamentos, de planilhas honestas, corretas, dignas, sempre se respeitando o valor do salário ganho pelo nosso trabalhador e assim Requião exerceu o cargo de Prefeito de Curitiba, aonde em todos os bairros e vilas, hospitais e postos de saúde com atendimen-

to 24 horas, com anti-pó nos bairros mais pobres sem cobrar um centavo àqueles que acreditavam nas suas palavras de campanha.

Quem precisa de Governo é o pobre e Requião dizia isso quando candidato a Governador do Estado do Paraná.

Como Governador hoje para satisfação nossa que o apoiamos no primeiro e segundo turnos que convivemos com sua campanha nos bairros de Curitiba, Requião está demonstrando uma vez mais de que realmente tem palavra, tem firmeza, tem honestidade, tem lealdade, com as promessas que coloca nas suas campanhas tanto de Deputado estadual, como de Prefeito, como de Governador do Estado.

Meus amigos, recentemente, nos últimos dias, talvez nas últimas horas, a população do Paraná foi acordada com a decisão judicial, querendo levantar as famílias que acreditaram que esse é um País de gente honesta, é um País que deve-se acreditar. Gente que comprou o seu lote e que de um momento para o outro com a notícia através da imprensa se viu ameaçado de ter a sua casa desocupada na Vila Formosa.

Governador Requião uma vez mais, sempre dizendo que quem precisa de Governo é o pobre, os recebeu no dia de ontem e dialogando com o pessoal da Vila Formosa, garante-lhes que nada lhes acontecerá e as suas famílias, porque não aceitará o despejo destas famílias que estão na Vila Formosa.

Meus companheiros, Deputados, obtive 7 mil votos em Curitiba. Tive uma votação maciça e estrondosa na 145, aonde existe o povo mais pobre desta Cidade. Semanalmente tenho reunião na 145, e dizem aqueles mais humildes que ali estão, que acreditam única e exclusivamente, hoje, no político Roberto Requião, que lhes dá segurança, lhes dá proteção, para que naquele pequeno espaço de terra, onde ali construíram seu barraco, não será permitido que alguém lá vá e disponha da sua propriedade.

Roberto Requião, ontem à noite e principalmente no dia de hoje, uma vez mais foi surpreso por uma decisão do Judiciário, aonde através de planilhas, levantamentos sérios, colocados pela equipe da COMEC, pela equipe da Secretaria de Transportes, acaba dando o aumento necessário e justo para que as empresas possam, condignamente, transportar os passageiros. No entanto, através de uma decisão judicial, foi dado 50 e poucos por cento de aumento na tarifa dos transportes da região metropolitana.

O Governador, imediatamente, encaminhou a esta Assembléia uma Mensagem do Governo, para que se acabe de uma vez por todas com as prerrogativas, os direitos, de 20, 30 e 40 anos atrás, das empresas serem absolutas, soberanas. In-

clusive, agora, até recorreram ao Judiciário para implantar as tarifas que lhes convier.

Requião está dando o exemplo, Senhores Deputados. Cabe a nós, os 54 Deputados, aprovarmos imediatamente esta Mensagem do Governo, acabando com este monopólio, acabando com os interesses e acabando com o direito.

Tenho um Projeto em andamento, nesta Casa, que diz o seguinte: "Autoriza o Poder Executivo a suspender todas as restrições contratuais existentes entre sanções não atendidas diretamente pelo transporte coletivo intermunicipal". Isto quer dizer que o ônibus que vai daqui para Ponta Grossa, Maringá, pegando passageiro no percurso, o passageiro poderá entrar no mesmo, sem precisar outra empresa que tenha uma concessão outorgada anteriormente.

Este artigo 1º acaba de uma vez por todas, como o Governador, na sua Mensagem apenas cita a região metropolitana, eu já tomo o direito de me manifestar favoravelmente à Mensagem, mas pedindo que seja entregue uma Emenda à Mensagem do Governador, também outorgando a todo o Estado do Paraná, para que não fique somente na região metropolitana.

Senhores, para também analisar as dificuldades que o Paraná vem enfrentando com esta moralidade, com a bandeira da moralidade levantada pelo Governador Requião é que nos últimos dias, no domingo, a Folha de São Paulo traz uma pesquisa da popularidades dos Governadores do Brasil. E aparece o Governador do Paraná, Requião, em 3º lugar.

Mas, se considerarmos que o primeiro é o da Bahia, o Governador que negocia com Collor, com Itamar Franco, em benefício de verbas para o seu Estado, se considerarmos que o Governador do Ceará é outro que também está negociando com o Ministro da Fazenda e com o Governo do Estado, sendo benesses e recursos, sendo estes Estados e Requião, que não se humilhou, que não envergonhou o Brasil e muito menos o Paraná em negociar com Collor com Itamar, que mostrou independência, e mesmo assim é o terceiro, o do Paraná, nós paranaenses deveremos nos orgulhar e para nós o Requião não é o 3º no Brasil; Requião é o 1º do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças, o PSDB.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PP.

Deputado Neivo Beraldin com a palavra.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

A atitude do Governador do Paraná em remeter à Assembléia Legislativa uma Mensagem aonde acaba com o Monopólio do Transporte Coletivo da Região Metropolitana é uma atitude comemorada por alguns Deputados, que já na Constituição de 88 lutaram aqui nesta Assembléia para acabar com o monopólio do Transporte Coletivo do Estado do Paraná.

Quero, em poucas palavras, cumprimentar o Governador e dizer que essa sua atitude se soma a nossa atitude que estamos lutando desde 88 para acabar com o Monopólio de Ônibus do Paraná. E agora está na mão, aqui está em nossas mãos esse Projeto.

Espero que a Assembléia Legislativa tramite rapidamente pelas comissões da Casa e coloque no Plenário este Projeto porque a população precisa pagar mais barato a passagem e precisa ter melhor qualidade de serviço. Evidentemente que a abertura de mercado é o caminho, a livre concorrência a fim de beneficiar o público usuário de passageiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Concedo a palavra ao Deputado Namir Piacentini.

O SR. NAMIR PIACENTINI - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Assumi meu mandato na condição de suplente do PDT, coincidentemente nas mesmas circunstâncias de meu mandato anterior, há seis meses. Ao assumir o mandato, assumi também, a honrada e enorme responsabilidade de representar a microrregião doze neste parlamento; microrregião integrada por vinte e quatro municípios, com uma população de aproximadamente 500 mil habitantes e, uma significativa produção econômica, gerada por seu potencial agrícola.

Assumi portanto, responsabilidade séria com minha região. Assim sendo, Senhor Presidente, nobres pares desta Casa, busquei uma forma de estar perto, ligado à minha região, atento aos seus problemas, necessidades e preocupações e, ao mesmo tempo atuando com dignidade e com a responsabilidade dos votos que para aqui me conduziram.

Precisava estar perto para ouvir, entender e bem representá-los aqui, nesta Casa. Buscava ainda, uma forma de atuar de forma a bem atendê-los, buscando a solução para os seus problemas e suas mais aflitivas necessidades.

Foi então que, juntamente com nossa assessoria iniciamos um trabalho singular, reunindo os integrantes da comunidade,

suas lideranças naturais, para detectar e debater suas prioridades e necessidades mais urgentes. Através dos seminários "Ajudando Minha Cidade" encontro subsídios para minha atuação nesta Casa, para os requerimentos e projetos de lei que aqui apresentamos. Assim, estamos falando, discutindo e resolvendo problemas que efetivamente conhecemos, coisas da realidade das cidades que conhecemos, do dia-a-dia da comunidade.

Até o presente momento já atendemos e ouvimos a lideranças de 15 municípios da região, que tiveram a vez, a voz e a oportunidade de dizer o que querem, o que sentem em relação a nossa atuação, o que precisam e esperam e desejam das autoridades constituídas para melhoria da qualidade de suas vidas.

Através dos painéis que realizamos nesses seminários, dividindo os trabalhos em diversas áreas, as pessoas ali reunidas, diagnosticam e priorizam as necessidades de seus municípios.

São em média 50 a 60 pessoas por evento, que realizamos sempre nos finais de semana, em diferentes municípios. O trabalho tem sido válido, gratificante e honroso, independentemente de ser eleitor, o cidadão participa, é ouvido, gestiona, reivindica, e desenvolve gestões voltadas para melhoria de sua vida e da sua comunidade.

Os prefeitos municipais com quem dividimos a tarefa de reunir os representantes da comunidade, se motivam para o trabalho e tiram lições e conclusões que lhe permitem ampliar e melhorar seus planos de Governo. Eles podem ouvir a comunidade conhecer seus anseios, viver as angústias pessoais. Para nós, este é o mais honroso ato político, o contato e o convívio com o cidadão e suas expectativas. É esse contato que legitima nosso trabalho nessa Casa, justifica o mandato popular que nos foi outorgado.

Com esse trabalho, nobres Pares, Senhor Presidente, é que vemos ser possível resgatar a credibilidade do trabalho e da ação política junto ao povo. Isso nos permite visualizar o quadro real da situação, das dificuldades de cada cidadão, e das suas carências dos municípios onde vivem, trabalham, educam seus filhos, contribuem para o desenvolvimento coletivo.

Nossa atuação neste Parlamento é o reflexo das carências e das vicissitudes dos municípios que aqui representamos, as suas necessidades é que dão origem aos nossos requerimentos, pois são fruto do trabalho destes seminários, originários do seio e da intimidade das comunidades interioranas.

Cada comunidade ao apontar suas prioridades, abre-se à participação política e

determina seus caminhos. E este tipo de oportunidade, todos nós devemos propiciar à sociedade.

Depois de aqui atuar e intervir em prol daquelas comunidades, retornaremos a todos os municípios para a devida prestação de contas.

Não queremos uma atitude eleitoreira de que somente ouve e promete. Vamos voltar para dar satisfação do encaminhamento de todas as reivindicações. Sabemos a dificuldade de ser Deputado de oposição ao Governo, entretanto não olvidamos que o Senhor Governador foi eleito para ser o Governador de todos os paranaenses. Lembro que são mais de 300 reivindicações encaminhadas até aqui, aos diversos órgãos do Estado, em favor daquela região.

Estamos fazendo a nossa parte, dentro daquilo que está ao nosso alcance. Que cada faça a sua, pois iremos cobrar e informar a comunidade sobre os nossos pedidos e suas respostas.

Sinto-me agradecido Senhor Presidente, Senhores Deputados, pois é com suas colaborações, aprovando nossas petições, que poderemos voltar ao convívio da nossa gente, e mostrar que vale à pena o trabalho, quando ele é feito com seriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 075/93 subscrito pela Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia de hoje, em virtude de haver assumido compromisso anteriormente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

P Projeto de lei de autoria do Senhor Depº Toti Colaço, com apoio do Senhor Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 367/92, de autoria do Deputado Dr. Rosinha. Institui o Sistema de Centrais de Vagas Hospitalares do Sistema Único de Saúde. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P.. **EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J.. Aprovada a Emenda de Plenário, com Parecer da C.C.J..**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 008/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/93. Dá nova redação ao art. 3º e seu parágrafo único da Lei nº 7.389, de 12 de novembro de 1980, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.M.A. e C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em Sessões anteriores foi aprovada uma Comissão de nove membros para estudar as condições da Casa do Estudante Universitário.

Solicito à Mesa fornecer o cálculo por Bancada para podermos indicar os membros, porque já se passaram vários dias e a Mesa Executiva não forneceu.

Então faço este pedido a V.Exa. para que seja feito até o final da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Solicito aos Líderes partidários, novamente, a indicação dos seus membros para comporem essa Comissão.

O SR. DR. ROSINHA - É que falta o cálculo que a Mesa não forneceu. É isto que estamos no aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - O cálculo será fornecido logo após a Sessão de hoje.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 040/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização do ferro, utilizado na construção de moradias populares no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 295/93, de autoria do Deputado Nereu Moura. Corrige a redação do art. 1º da Lei nº 10.332 de 09 de junho de 1993. (Divisa do Município de Bom Sucesso do Sul). Com PARECERES

FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Com voto contrário da Bancada do PT, por falta de documentos na tramitação do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Registrado o voto contrário da Bancada do PT, representada pelo Dr. Rosinha.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 159/93, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig. Denomina Eng° Adolar Schultze, o trecho da PR-423 - Segmento da BR-116 (Araucária/Campo Largo). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 214/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Cria o Conselho Estadual de Turismo e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.T., C.E.C.E. e C.E.M.A..

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por cinco Sessões, do Projeto de Lei n° 214/93. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por cinco (05) Sessões do Projeto de Lei n° 214/93.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 335/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati. Declara de Utilidade Pública a Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS - ALIA, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 361/93, de autoria do Deputado Anibal Khury. Declara de Utilidade Pública o União Bandeirante Futebol Clube, com sede e foro na Cidade de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Voto contrário do Doutor Rosinha e Ernani Pudell.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 364/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Declara de Utilidade Pública Estadual a Creche Nossa Senhora da Conceição, com sede e foro em Foz do Iguaçu - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 384/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Declara de Utilidade Pública Estadual, o Hos-

Curitiba, terça, em 14.09.93

pital de Caridade Dra. Darcy Vargas, com sede e foro no Município de Rebouças. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Voto contrário do Dr. Rosinha e Ernani Pudell.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Registrado.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 385/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Declara de Utilidade Pública o Clube de Mães de Guamiranga, com sede e foro no Distrito de Guamiranga, Município de Imbituva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 387/93, de autoria do Deputado Carlos Simões. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários, Amigos e Moradores do Distrito Colônia Lamenha Grande - ALGRA, no Município de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 390/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Pró-Criança, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 393/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 394/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Públicos Civis do Município de Cianorte - ASERC., com sede e foro no Município de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 396/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Concede o Título de Cidadania Benemérita "Post-Mortem" ao Senhor Roberto Brzezinski. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 402/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Declara de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência à Infância de Ibaiti. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 404/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mandaguari - Pr. - A.A.P.I.M., com sede e foro na Comarca de Mandaguari. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 410/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian. Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Nice Braga, da Cidade de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 411/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Nova Aliança do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 575/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Revoga a Lei n° 7.727, de 25 de julho de 1983. (Município de Turvo). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 162, de 04.12.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 575/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, revoga a Lei n° 7.727, de 25 de julho de 1983, que retifica as divisas e confrontações descritas no artigo 1° da Lei n° 7.576, de 12 de maio de 1982.

Não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Neste sentido, considerando também a justificativa do autor no sentido de que a proposição busca restabelecer decisão de plebiscito realizado que a mesma passaria a integrar o município de Prudentópolis, emito parecer favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 27.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

"ATOS DO PODER EXECUTIVO
LEI N° 7.727

DATA: 25 de julho de 1983

SÚMULA: Retifica as divisas e confrontações descritas no art. 1°, da Lei n° 7.576, de 12 de maio de 1982.

A Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - As divisas e confrontações descritas no artigo 1° da Lei n° 7.576, de 12 de maio de 1982, ficam retificadas, constando-se Arroio da Zona Colonizada em vez de Arroio da Areia.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba,
em 25 de julho de 1983.

(aa) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

HORÁCIO RACCANELLO FILHO

Secretário de Estado da Justiça"

(Transcrito do Diário Oficial do Estado do Paraná n° 1.533, de 28 de julho de 1983)

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n° 575/91 por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 575/91 por dez (10) Sessões.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 156/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski. Estabelece formas de abatimento e autoriza aplicação de sanções administrativas previstas no código de defesa do consumidor, objetivando o cumprimento do disposto na Lei Estadual n° 10.248 de 14 de janeiro de 1993, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 40 de 03.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 156/93

P A R E C E R:

O Plano de Lei em epígrafe, de autoria do nobre Senhor Deputado Alceu Swarowski, objetiva estabelecer formas de ressarcimento por sobras constantes de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo, quando do reabastecimento, autorizando aplicação de sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor, objetivando o cumprimento do disposto na Lei Estadual n° 10.248, de 14 de janeiro de 1993, na forma em que especifica.

Procedida a análise da Proposição, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, encontrando-se a matéria em condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da proposta.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 156/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Alceu Swarowski, visa estabelecer formas de abatimento e autoriza aplicação de sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor, objetivando o cumprimento do disposto na Lei Estadual n° 10.248, de 14 de janeiro de 1993, e dá outras providências.

Esta Comissão, ao analisar criteriosamente a proposição, nada encontrou que impeça a sua normal tramitação nesta Casa, de conformidade com o Regimento Interno, podendo a mesma ser encaminhada à elevada apreciação do Plenário.

Somos assim de parecer FAVORÁVEL à presente proposição.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 346/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Declara de Utilidade Pública Estadual o PROVOPAR - União Reboucense - Ação Social, com sede e foro no Município de Rebouças - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 98 de 26.07.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 346/93

P A R E C E R:

O processo não esbarra em óbice constitucional, podendo prosseguir.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 365/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Declara de Utilidade Pública a Creche Pequeno Príncipe, com sede e foro no Município de Moreira Sales. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 104 de 04.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 365/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 365/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, declara de Utilidade Pública a Creche Pequeno Príncipe, com sede e foro no município de Moreira Sales.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 377/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Institui o dia estadual do doador de sangue e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 104 de 04.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 377/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, o Projeto de Lei n° 377/93, visa instituir no âmbito do Estado do Paraná o "O Dia Estadual do Doador de Sangue" e dá outras providências, sendo esta data comemorada anualmente, no dia 25 de novembro.

Do ponto de vista constitucional e regimental, nada impede a sua normal tramitação e aprovação pelo douto Plenário deste Poder Legislativo.

Ao mesmo tempo, o Projeto de Lei em questão reveste-se de grande alcance social, pois visa, no dia de sua comemoração, lembrar a população da grande necessidade de se doar sangue, e grande importância deste gesto, que é tão importante na salvação de vidas humanas. Quase que diariamente, estamos vendo e ouvindo pelo rádio e televisão o clamor para que doadores se façam presentes nos hospitais, e até mesmo recebemos pedidos aflitos dos parentes de vítimas de acidentes ou de doentes que sofreram delicadas cirurgias, para que nós façamos o possível para arregimentarmos pessoas que possam doar o seu sangue.

Portanto o nosso parecer ao Projeto de Lei n° 377/93, é FAVORÁVEL a sua normal tramitação e aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 377/93

P A R E C E R:

A necessidade constante de uma ação integrada no sentido das doações de sangue são um fato comum na vida diária de cada estabelecimento hospitalar. O voluntariado permanente de doadores é consagrado, e o Projeto de Lei n° 377/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, vislumbra um prestigiamto de pessoas que constantemente realizam esse modelo de doação.

Diante dos argumentos da razão, somos FAVORÁVEIS à tramitação desse instrumento legal, e consecutivamente a aprovação por todos os Senhores Deputados.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

LOURENÇO FREGONESE - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Decreto Legislativo nº 007/91, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Determina a sustação do processo de Ação Penal contra o Deputado José Arthur Ricci. Com PARECER da C.C.J..

"PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição Estadual, o Processo de Ação Penal, autos Nº 15.657-2 oficiado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado José Arthur Ricci.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

O presente relato, possui o objetivo de analisar o pedido de licença prévia formulado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a esta Assembléia Legislativa, através do Ofício nº 133/91, datado de 23 de maio de 1991, que informa a instauração de ação penal contra o nobre Senhor Deputado José Arthur Ricci, (autos nº 15.657-2), para o prosseguimento da referida ação e seu julgamento.

Tal solicitação, funda-se ao fato de que a Instituição do Poder Legislativo e seus membros são abrangidos pela Imunidade Parlamentar, expressa constitucionalmente no parágrafo 1º, do artigo 57, da Carta Magna Estadual. "in verbis".

Art. 57 - ...

§ 1º - Desde a expedição do diploma, os Deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem licença prévia da Assembléia Legislativa.

Ocorre que a peça inicial da ação em tela, foi processada judicialmente, quando a pessoa do Senhor José Arthur Ricci não era detentora de prerrogativa parlamentares, por isso, a solicitação do Poder Judiciário tem a precípua finalidade de dar prosseguimento a uma ação penal que teve

andamento, estando no momento suspensa, face ao dispositivo constitucional retro mencionado.

- do esclarecimento do objeto da ação

O presente relato não tem o cunho de enfocar o conteúdo da ação penal, o mérito, se justa ou injusta, se há culpa ou não, visa respeitar a autonomia, independência e harmonia entre Poder e suas atividades, tendo a finalidade principal de instrução processual, para a discussão sobre concessão de licença ou não concessão, aos olhos do Instituto da Imunidade Parlamentar Formal, sob a égide constitucional, legal, regimental, jurisprudencial e doutrinária, objetivando fornecer elementos abalizador para uma cabal e soberana decisão do douto Plenário desta Casa.

- do conhecimento da ação penal

Trata-se de uma ação penal onde Sua Excelência o Senhor Deputado José Arthur Ricci, figura como um dos réus, denunciado pela Promotoria da Comarca de Santo Antonio da Platina, como incurso nas sanções dos artigos 218, 29 inciso I e 226, todos do Código Penal Brasileiro, não se tratando de flagrante de crime inafiançável. Encontra-se o processo em Recurso Especial de 2º grau de jurisdição, no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitante da licença.

- da Imunidade Parlamentar

Como prerrogativa conferida ao Poder Legislativo para a garantia do livre exercício das funções parlamentares, a imunidade parlamentar não atinge um só parlamentar, como também não é a soma das imunidades do conjunto de Deputados, abrange o Poder Legislativo como um todo, na garantia da sua atividade a legislação, para que não haja seccionamento ou interrupções para a consecussão do objetivo maior, o interesse público, o bem comum, em detrimento de suas funções de controle, fiscalização e limitação dos atos procedidos pelo Estado.

Na visão de "De Plácido e Silva", a imunidade que etimologicamente vem do latim "immunitas", que quer dizer isenção, dispensa, é um privilégio outorgado a alguém para que se livre ou se isente da imposição legal, já em sua visão objetiva, ela é a soma de regalias e prerrogativas concedidas legalmente para o exercício do mandato, caracterizando-se pela inviolabilidade da pessoa.

No entendimento de "Marcus Claudio Aquaviva", a imunidade de parlamentar se assenta especialmente na vontade do povo,

que elege, periodicamente, seus representantes tão-somente enquanto se acham no cumprimento de suas funções.

- da Jurisprudência e Doutrina

No plano jurisprudencial, poucas são as licenças concedidas pelos Poderes Legislativos no Brasil, asseverando-se esta posição no âmbito do Estado do Paraná, tendo-se sempre entendido o instituto da imunidade parlamentar como sendo um dispositivo legal protetor da função do Poder Legislativo.

Neste sentido, "Barthelemy", salienta a respeito de que a decisão do colegiado parlamentar deve proteger o Deputado, e não o homem responsabilizado pela justiça, com o objetivo de defender o Poder e suas prerrogativas, já "Lafferrrie" ajuíza: "para que a câmara autorize, não é suficiente que o processo seja inspirado pela intriga ou pela pressão, é preciso que existam motivos positivos e precisos para não retardá-la, por exemplo, o interesse público exige que o esclarecimento seja prontamente feito". Conforme lição de "Manzini", "a autorização (licença) não constitui condição de perseguibilidade, e sim de prosseguibilidade da ação penal". Assim não impede o oferecimento da denúncia, apenas seu prosseguimento praticado pelo magistrado, aí incidente, ao fato em questão, convém lembrar que a negativa de licença deste parlamento suspende a prescrição penal enquanto o denunciado for detentor de prerrogativas parlamentares, na forma do parágrafo 2º, do artigo 57, da Constituição do Estado do Paraná, "in verbis":

Art. 57 - ...

§ 2º - O indeferimento do pedido de licença ou a ausência de deliberação suspende a prescrição enquanto durar o mandato.

- do parecer

Procedida profunda análise constitucional, legal e regimental, como também dos autos de ação penal originária nº 15.657-2, não encontrando elementos positivos e precisos para a consecução do objeto da presente análise, em defesa do Instituto da Imunidade Parlamentar, na proteção das funções Institucionais do Poder Legislativo e de sua atividade a legislação, em defesa do Interesse Público que acompanha as decisões do Parlamento, não permitindo a exposição de um Deputado e do Poder Legislativo a vexames ou intenções mesquinhas de agredir-se a autoridade constituída, ante a necessidade da continuidade da atividade do Poder Legislativo, somos de parecer pelo indeferimento do pedido de licença prévia formulado pelo

Curitiba, terça, em 14.09.93

Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para prosseguimento da ação penal, motivadora do presente exame, conforme Projeto de Decreto Legislativo anexo.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 24.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Em votação. Para encaminhar à votação com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, temos sempre nos manifestado quando se diz respeito à sustação de processo de ação penal contra Deputados. Entendemos que todo e qualquer Deputado deve gozar de Imunidade Parlamentar no exercício do seu mandato. Nenhum Deputado deve ser processado por ato ou ação política que diz respeito ao exercício do mandato.

A opinião política e ação política não devem ser jamais questionadas na justiça e se questionada, não deve esta Casa conceder o direito de tramitar judicialmente qualquer ação contra Deputados.

Mas, quando saímos do campo da política e vamos para campo do crime comum, seja ele assassinato, estupro, atropelamento em trânsito, seja ele assédio sexual ou que nome o dê, o Deputado não deve usar de suas imunidades para evitar o processo. E nesse caso específico o Deputado José Arthur Ritti está sendo processado judicialmente quando ainda nem era Deputado, detentor de prerrogativas parlamentares. Portanto, há acusação de que cometeu um crime antes de se tornar Deputado, não devendo agora se acobertar sob o manto da imunidade parlamentar para deixar de responder a uma acusação.

Por isso, nós do Partido dos Trabalhadores defendemos que, neste caso, o próprio Parlamentar deve abrir mão da sua imunidade. Se assim não o fizer, cabe a nós, seus Pares, permitir que a justiça continue tramitando esse processo.

Ainda diz no relatório do Deputado Nelson Justus que o denunciado não é réu sozinho, não é acusado sozinho, junto com ele tem outras pessoas no processo. Significa que no momento que esta Casa impedir a continuidade desse processo, sob o manto da imunidade, estarão acolhidas outras pessoas que sequer exercem mandato, estarão também arquivados, deixados "a posteriori" qualquer tipo de julgamento.

Portanto, cabe a esta Casa dizer: a Imunidade Parlamentar deve ser mantida se for ato, ação ou palavra exercida no campo político durante o exercício do mandato. Se por outro crime, estando ou não no

exercício do mandato, como neste caso não estava, cabe a continuidade do processo.

É isso que nós defendemos.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a questão da Imunidade Parlamentar não consiste em proteger o Deputado de eventual ação penal, mas, inclusive também, impedir que seja favorecido pela sua condição de Parlamentar.

Quando se diz da Imunidade Parlamentar, portanto não se tem apenas a proteção de parlamentar as ações em geral, mas também para que, pela condição especial que dispõe o parlamentar no processo de julgamento, não se tenha o favorecimento do parlamento.

É assim que peço vênha ao Deputado Florisvaldo Fier para divergir da orientação que deu no seu encaminhamento e opinar favoravelmente, como fez a C.C.J, porque de fato, como vemos no caso concreto, e em geral, em todos os casos assemelhados, estarmos numa situação, Sr. Presidente, em que o parlamentar réu em determinada ação poderia, no processo jurisdicional, tanto ser prejudicado com uma decisão que venha a ser reclamada pela opinião pública por motivos alheios aos autos processuais como ser favorecido.

No caso concreto o que temos então é a necessidade de que sustado o processo judicial correspondente, peça o julgamento, já que interrompida a prescrição, portanto não há risco de em votações dessa natureza se garantir a impunidade se garante a imunidade, porque em outro momento, o parlamentar que esteja sendo julgado em ação penal, em condições portanto nem favoráveis, nem desfavoráveis, o julgamento se processará na forma da lei, garantindo contra-vitória e a ampla defesa.

É assim, então creio, é preciso ter uma visão assente sobre essa matéria, para que não possa a Assembléia Legislativa, não só conferir a necessária sustação do processo correspondente, como inclusive deixar ao desabrigo, tanto os parlamentares que no exercício de funções venham a ser julgados como aqueles que em decorrência também das duas funções, porque não são, caro Deputado Florisvaldo Fier, porque o julgamento sobre se a matéria é política ou não é um julgamento de difícil determinação.

É perfeitamente possível, que um parlamentar em função do exercício político que faz não é um caso concreto, mas é perfeitamente possível que um Deputado em função do exercício que faz do seu mandato venha a ser processado por razões distintas e motivos inversos àqueles que são os

decorrentes no exercício do mandato.

Ora tivéssemos a imunidade portanto apenas para os casos notoriamente políticos e nem por isso estaria o Deputado resguardado com a necessária imunidade.

Essa me parece uma orientação fundamental e um esclarecimento fundamental de voto para do mesmo modo que entendeu a CCJ votar a matéria no interesse não só da manutenção das prerrogativas parlamentares como sobretudo para garantir que é necessário o processo jurisdicional e é necessário o julgamento a que todos nós podemos estar sujeitos em ações próprias, não sejam maculados e prejudicados pelo exercício que faz, porque de fato o foro especial dos parlamentares justamente visa assegurar, não privilégios, mas a garantia de julgamento isento e imparcial de processo jurisdicional.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Anunciamos a presença nesta Assembléia Legislativa do Prefeito de Foz do Iguaçu e do Prefeito de Siqueira Campos e do ex-Prefeito Dirceu Rodrigues.

O SR. JOSÉ RITTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, de conformidade com o Regimento Interno, eu me abstenho de votar ao Decreto Legislativo 107/91, por ser parte envolvida neste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - ... **Aprovado.** Com os votos contrários dos Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Lourenço Fregonese.

O Deputado Ritti se absteve de votar. Está **Aprovada** a Resolução.

Queremos registrar a presença do vice-Prefeito da Fazenda Rio Grande, Jordão Barbosa.

Antes de entrarmos na votação dos Requerimentos, solicito ao 1º Secretário que proceda a leitura da Mensagem Governamental nº 042/93.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Toti Colaço) - "Curitiba, 14 de setembro de 1993. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que as empresas individuais ou coletivas de transporte de passageiros poderão operar em linhas fixas na Região Metropolitana de Curitiba, nas condições que especifica.

A medida legal em referência é indiscutivelmente oportuna e reveste-se de elevado interesse público, eis que virá ense-

jar significativo passo no sentido da desregulamentação do setor que mais diretamente presta serviços ao povo, o do transporte coletivo, que foi duramente atingido por decisão do Poder Judiciário, através da 4.^a Vara da Fazenda Pública que, aumentando liminarmente as tarifas de transporte coletivo da Região Metropolitana, causou um impacto de 3.000% ao ano, enquanto no mesmo período a inflação foi de 1.724,11% e o IGPM 1.800,67% e a reajuste médio das tarifas do transporte urbano de todas as capitais foi de 1.767,35%, inviabilizando a gestão pública e democrática do transporte coletivo metropolitano.

Ademais, vale ressaltar que é princípio da atividade econômica, estabelecido clara e precisamente no art. 170 da Constituição Federal, a livre concorrência, a defesa do consumidor e a função social da propriedade e a garantia a todos do livre exercício de qualquer atividade econômica, é mister a desregulamentação deste setor que tanto impacto causa na economia das famílias, especialmente daquelas de baixa renda.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Orlando Pessuti
Digníssimo Presidente da
Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.
N/CAPITAL

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, acabamos de ouvir a Mensagem do Senhor Governador do Estado e queremos indagar de Vossa Excelência se constará da Ordem do Dia de amanhã um Projeto de nossa autoria, que tramita nesta Casa já há 4 anos, que trata do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Quero participar ao nobre companheiro Neivo Beraldin que será anunciado para a pauta de amanhã.

O SR. NEIVO BERALDIN - Aí, então, poderemos incluir o transporte, como já está inter-municipal, e apenas incluímos também a região metropolitana.

Está, portanto, a partir de amanhã em discussão neste Plenário um dos mais importantes projetos, que está ao alcance desta Casa.

Se o monopólio prejudica, nós Deputa-

Curitiba, terça, em 14.09.93

dos, com o apoio do Governador poderemos definitivamente, eliminá-lo no Estado do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Hermas Brandão, Senhores Parlamentares, ouvimos agora a Mensagem encaminhada pelo Governador.

É bom que se deixe bem claro aqui, não estou aqui em defesa de empresário, apenas quero que se faça justiça neste momento, porque o Governador do Estado através da COMEC sempre procurou dar o aumento das passagens da região metropolitana bem abaixo da inflação para colocar em choque o valor da passagem da Capital do Estado do Paraná.

E com isso acabou criando uma defasagem muito grande em relação às passagens da região metropolitana.

E agora, evidentemente, com mandado de segurança, que Sua Excelência o Governador, já tinha conhecimento, porque aqui há mais de um mês atrás já se comentava de que havia esse mandado de segurança dos empresários contra a COMEC.

E, em momento algum se tem conhecimento que o Governador tenha chamado os empresários para uma conversa, para um diálogo, para evidentemente corrigir a questão das passagens.

Agora, vem o Governador fazer um cavalo de batalha, querendo ganhar a população em cima de uma decisão da justiça quando ele mesmo foi quem provocou toda essa situação, aliás, nós teremos oportunidade de debater este assunto durante o momento em que este Projeto, que esta Mensagem vier para o Plenário.

O povo não pode continuar sendo enganado. O Governador do Estado provocou, criou toda a confusão e aí está o resultado hoje com relação a questão da região metropolitana.

Deixo bem claro mais uma vez, não estou aqui defendendo empresários, estou aqui colocando uma posição política da maneira como o Governador criou a situação em relação ao transporte coletivo da região metropolitana.

Que a passagem está caríssima agora, claro que está, está caro em Curitiba? Também está. Agora, que não poderia chegar ao ponto que chegou em conseqüência do que provocou o próprio Governador do Estado.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN - Eu apenas gostaria de discordar do Deputado Algaci Túlio quando diz que o aumento concedido pelo Governo do Estado foi abaixo da inflação: ao contrário, foi acima da inflação. Agora, muito acima e muito além da inflação, abusivamente além da inflação foi o aumento dado pelo Transporte Municipal de Curi-

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Só para reparar um erro muito grave do ilustre Deputado Algaci Túlio quando ele fala que se tenta enganar o povo.

Precisamente a posição do Governador Região é defender o povo da região metropolitana.

Então, que nas notas taquigráficas haja esse depoimento nosso, porque nós acompanhamos bem o anseio, sou integrante da região metropolitana, fui Vereador, Prefeito, sou Deputado da região metropolitana e não posso aceitar que o Governador se coloque nessa forma totalmente favorável à população, à população mais pobre do Paraná que é a região, e o Deputado Algaci Túlio faça um levantamento, inclusive uma enquete na sua rádio, e que ouça a população, que a população vai se revoltar com esse aumento exagerado dado pelo Poder Judiciário.

E tem mais um problema Senhor Presidente, se permitirmos que o Judiciário comece a conceder tarifa, porque aí o Poder Executivo e o Poder Legislativo, ficam totalmente à margem de serem representantes do povo.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós ouvimos com bastante atenção o pronunciamento do Deputado Algaci Túlio, entretanto, nos reservamos ao direito de discordar do Deputado e fazer um esclarecimento ao mesmo.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, nos últimos doze meses, concedeu um aumento de 2.253% para o transporte coletivo da Capital, as empresas da região metropolitana obtiveram nesse mesmo período, o Expresso Azul, todas as empresas do Paraná, receberam nesse mesmo período: o Expresso Azul 1.828%, Graciosa 1.963%, Reunidas 2.172%, Antonina 2.150%, Araucária 1.810%, São José dos Pinhais 1.700%, Campo Largo 1.890%, São Braz 2.024%....

O SR. RENATO ADUR (Questão de Ordem) - ...

Piraquara 1782, Colombo 1839, Tamandaré 2.094, com uma variação média de 1885%, contra 1.724%, da inflação de 1.800 pelo IGPM. Temos exemplos do Brasil inteiro, Senhor Presidente, de diversas capitais: Rio de Janeiro 2.233%, São Paulo 2.215%, Teresina 1900, Vitória 1900, entre tantos outros municípios das capitais do Brasil.

Entretanto, nós não podemos admitir um aumento judicial na metropolitana de Curitiba com variação de três mil por cento, penalizando o trabalhador que mora na região metropolitana.

Temos que discordar do Deputado Algaci Túlio...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Esta Presidência não concederá mais questão de ordem porque hoje foi lida somente a mensagem.

Então está em discussão ...

(Tumulto - Vozes Paralelas)

O SR. ALGACI TÚLIO - Parece-me que os Senhores Parlamentares não quiseram me entender. Ninguém está aqui dizendo que foi muito bom o aumento. Eu também estou defendendo a população da região metropolitana. Não admito o valor da passagem.

Agora, tem que se deixar muito bem claro que o culpado da situação chama-se o Governador provisório Roberto Requião de Mello e Silva que foi quem criou a situação.

(Tumulto - Vozes Paralelas).

O SR. RENATO ADUR (Questão de Ordem) - Nós fomos citados e eu exijo questão de ordem.

Não procede a alegação do Deputado Algaci Túlio porque o Governo do Paraná vem concedendo aumento acima da média da inflação: de 1885% contra 1724. Portanto entendemos que é demagógica a alegação do Deputado Algaci Túlio, com todo o respeito que temos pelo nobre Deputado. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s 3385 e 3386, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3387, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3390, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3391 e 3392, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3393, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O Sr. Dr. Rosinha - Voto contrário porque não dá para saber quantos projetos são...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Registrado.

Requerimentos n°s 3400 e 3401, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3402, 3403 e 3404, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3406, de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3408 e 3409, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3182 e 3183, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3221, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Gostaríamos de saber de onde estão saindo as ambulâncias, os veículos que o PROVOPAR está distribuindo para alguns municípios do Estado do Paraná, em detrimento a outros, e atendendo somente alguns Parlamentares. Nesse sentido, Senhor Presidente, nós vamos fazer um pedido de informações à Secretaria da Educação do Estado do Paraná, no sentido de ver se essa política é uma política aberta, uma política democrática, porque os outros municípios também estão pedindo viaturas que a D. Maristela está distribuindo aí pelo Estado do Paraná.

O SR. ROSINHA - Voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Registrado o voto contrário do PT.
Aprovado.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a PROVOPAR, respondendo a indagação do Deputado Algaci Túlio, fez a primeira distribuição das viaturas, das Kombis e das ambulâncias para alguns municípios do Paraná, de acordo com o número de veículos que ela recebeu.

O SR. ALGACI TÚLIO - Qual foi o critério, Deputado?

O SR. RENATO ADUR - O critério foi adotado pelo Governo do Estado pela Secretaria da Casa Civil e pela própria PROVOPAR, de acordo com as necessidades levantadas pela PROVOPAR. Nós entendemos que a D. Maristela Requião tem a capacidade suficiente, como tem também, a primeira Dama do Município de Curitiba para decidir junto com sua Assessoria quais são os municípios que melhores têm condições e que têm mais necessidade para receberem os veículos. E queremos comunicar ao Deputado Algaci Túlio

que brevemente teremos mais veículos para serem distribuídos ao restante dos municípios do Estado do Paraná, num grande esforço do Governo do Estado de atender a todos os municípios do Estado do Paraná indistintamente, inclusive Curitiba.

O SR. ALGACI TÚLIO - Nós agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) -

Requerimentos n°s 3224 e 3227, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3283, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3305, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Como em Requerimento não dá para se pedir destaque e separação de um caso para outro, nós estamos realmente solidários ao pessoal da Vila Formosa, e ao mesmo tempo acho que o Governador está precisando tanto de solidariedade que a Bancada do PDT também se mostra solidária neste momento a tantos acontecimentos lamentáveis que estão atingindo o Estado do Paraná por obra da incompetência e das ironias do Governador do Estado.

Requerimento n° 3329, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Henrique Bona Turra, Ovídio Constantino e Nereu Alves de Moura, constante do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÉLIO RUSCH - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Só para registrar a presença do Prefeito de Corbélia, Nilson de Oliveira e o seu vice.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrado, Nobre Deputado.

Requerimentos n°s 3332, 3333 e 3334, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constantes do expediente de sessão anterior.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3225, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior.- **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs
156, 346, 365 e 377/93.

e do Projeto de Decreto Legislativo n.º
007/91.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Com-
plementar n.º 044/91.

e dos de Lei n.ºs 299, 314, 325, 353, 354,
358, 370 e 403/93.

Levanta-se a sessão.